



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2004
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

Supervisão Técnica: MARIA DE FÁTIMA CARVALHO

JANEIRO 2005

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	ii
COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	7
APRESENTAÇÃO	8
1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2004	9
1.1 Programa Nacional de Suplementação de Ferro	9
1.2 Programa Nacional de Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo	9
1.3 Fortificação das Farinhas de trigo e milho com ferro e ácido fólico	9
1.4 Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A	9
2. ORGANIZAÇÃO DO INFORMATIVO (BIMESTRAL) DA CGPAN COM NOTÍCIAS E AÇÕES REALIZADAS AO LONGO DO ANO	10
2.1 Iniciativa Intersetorial de Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis, com ênfase em F, L & V	10
2.2 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU	10
2.3 Saúde Indígena e acordos de Cooperação Técnica em áreas de fronteiras no Brasil	10
2.4 Parceria com o Programa Nacional de DST/AIDS da SVS do Ministério da Saúde	11
2.5 Estratégia Global para Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde	11
3. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	11
3.1 UNICEF (materiais sobre micronutrientes)	11
3.2 OPAS/OMS – Observatório de Políticas em Doenças Crônicas não Transmissíveis	11
4. PARCERIAS COM OUTRAS ÁREAS TÉCNICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	12
4.1 Disque Saúde	12
4.2 Secretaria Executiva Saúde da População do Campo – Grupo Terra	12
4.3 Plano Nacional de Saúde/MS	12
4.4 Departamento de Atenção Especializada – DAE/SAS	12
4.5 Saúde da Mulher – DAPE/SAS	12
4.6 Saúde da Criança	12
4.7 Saúde do Adolescente	12
4.7.1 Participação no “Plano Presidente Amigo da Criança” – Coordenado pelo DAPE/Saúde do Adolescente	13
4.8 ANVISA	13
4.9 Coordenação Nacional de Hipertensão e Diabetes	13
4.10 Parceria com Assessoria Internacional do Ministério da Saúde	13
5. PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES	13
5.1 Pastoral da criança	13
5.2 Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)	14
5.3 Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Ministério do Trabalho e Emprego	14
5.4 CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar)	14
5.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – FNDE/MEC (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação)	14
5.6 Ministério Público da União	14

6. OUTRAS ATIVIDADES	15
6.1 Capacitações em Alimentação e Nutrição	15
6.2 Participação em eventos (seminários, congressos, simpósios) científicos, nacionais e internacionais com apresentação da PNAN sobre o tema promoção da Alimentação Saudável e doenças relacionadas à alimentação e nutrição	15
6.3 Organização de outros eventos	15
6.4 Elaboração de Notas Técnicas e Pareceres Técnicos e levantamentos bibliográficos	15
6.5 Supervisão de estágios	15
6.6 Reuniões de equipes	15
7. ELABORAÇÃO DE MATERIAIS INFORMATIVOS – PUBLICAÇÕES	16
7.1 Guia alimentar para a população brasileira	16
7.2 Manual para o tratamento da criança com desnutrição grave em nível hospitalar	16
COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E INVESTIGAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	17
APRESENTAÇÃO	18
8. MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	19
8.1 Lançamento Nacional e Publicação da Portaria da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN	20
8.2 Capacitações para implantação do SISVAN	21
8.3 Resultado das capacitações em 2004	21
8.4 Macro-Capacitações em Vigilância Alimentar e Nutricional	23
8.5 Elaboração de Materiais	24
8.5.1 Manual Técnico	24
8.5.2 Álbum Seriado	24
8.5.3 Manual Operacional do Sistema	24
8.6 O Sistema	25
8.7 Resultados Esperados	26
9. PROMOÇÃO DE LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	26
9.1 Projeto Tabela de Composição de Alimentos – TACO	26
9.2 Objetivos alcançados até o momento	27
9.3 Proposta de continuidade	27
9.4 Projeto Alimentos do Brasil – JICA	27
10. AÇÕES INTERSETORIAIS	28
10.1 Programa Bolsa Família (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS)	28
10.2 Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE)	28
11. AÇÕES INTRAMINISTERIAIS	29
11.1 Área Técnica da Saúde da Criança e Aleitamento Materno	29
11.2 FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)	30
11.3 Área Técnica da Saúde da Mulher	30
12. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	30
12.1 Oficina de Segurança Alimentar e Nutricional	30
12.2 II Mostra da Saúde da Família	30
12.3 CONBRAN	30
12.4 V Congresso Internacional de Nutrição, Longevidade e Qualidade de Vida	31

13. PROJETOS FUTUROS	31
13.1 Boletim da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN	31
13.2 Avaliação da Implantação do SISVAN	31
13.3 Outras publicações	31
COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E AUDITORIA	32
APRESENTAÇÃO	33
14. CONVÊNIOS	34
15. AUDITORIAS	35
16. ORÇAMENTO	41
COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA	44
APRESENTAÇÃO	45
17. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA ÁREA DE INFORMÁTICA DA CGPAN	46
17.1 Suporte Técnico	46
18. ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO	47
18.1 Portal da CGPAN	47
18.2 Vigilância Alimentar e Nutricional	47
18.3 Programa Nacional de Suplementação de Ferro	47
18.4 Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A	
47	
18.5 Controle de Publicações	
48	
18.6 Controle de Documentação	48
18.7 Controle de Notícias	48
18.8 Controle de Capacitação	48
18.9 Atendimento on-line via Web	48
18.10 Controle de Eventos	48
18.11 Padronização de Anti-vírus	48
18.12 Padronização de rotina de Backup	48
18.13 Módulo do portal CGPAN do evento SCN	48
18.14 Módulo do portal CGPAN da rotina interna do Informativo CGPAN	48
18.15 Módulo do portal da CGPAN da rotina interna – REDENUTRI	48
18.16 Reuniões Técnicas	49
18.17 Disque Saúde	49
18.18 MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)	49
18.19 Capacitação Técnica	49
APOIO ADMINISTRATIVO E DOCUMENTAÇÃO	50
APRESENTAÇÃO	51
19. AÇÕES DESENVOLVIDAS	52
20. AÇÕES EM ANDAMENTO	52
21. COMPARATIVO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS EM 2003 E 2004	52

INTRODUÇÃO

A Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição – CGPAN, do Departamento de Atenção Básica/Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde, é responsável por implementar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN, que estrutura e fundamenta as ações no campo da alimentação e nutrição, em todas as esferas de atribuição governamental do Sistema Único de Saúde – SUS. A PNAN tem como propósitos *a garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo no País, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos.*

A PNAN foi aprovada por meio da Portaria Ministerial nº. 710, de 10 de junho de 1999, pelo Ministério da Saúde e consiste em documento legal, fruto de ampla discussão com a sociedade civil organizada e com os conselhos gestores e entidades de controle social, integrantes da Política Nacional de Saúde. A PNAN segue também a agenda internacional, nos termos em que o Brasil é signatário, no que se refere, em especial, às ações de segurança alimentar e nutricional e da promoção da saúde para a prevenção da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis.

Para alcançar esses objetivos, essa Política está dividida em sete diretrizes, que hoje servem de base conceitual para a elaboração e implantação dos programas e projetos em alimentação e nutrição, do setor saúde. São elas:

1. Estímulo às ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos;
2. Garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços neste contexto.
3. Monitoramento da situação alimentar e nutricional;
4. Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
5. Prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição;
6. Promoção do desenvolvimento de linhas de investigação;
7. Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

A promoção de práticas alimentares saudáveis, embora se constitua em uma diretriz explícita, ela é um tema transversal a todas as ações desenvolvidas no âmbito da PNAN, pois é um componente importante da promoção da saúde. Nesse sentido, a socialização do conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como acerca da prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição – incluindo as carências específicas – até a obesidade precisa ser enfatizado. O direito humano à alimentação é sempre citado em todo material educativo, pois é condição indispensável à vida e à construção da cidadania.

Nesta abordagem, têm enfoque prioritário o resgate de hábitos e práticas alimentares regionais inerentes ao consumo de alimentos locais de baixo custo e elevado valor nutritivo, bem como de padrões alimentares mais variados, desde os primeiros anos de vida até a idade adulta e a velhice.

A CGPAN se estrutura, interna e informalmente, da seguinte forma:

1. Coordenação da Promoção da Alimentação Saudável.
2. Coordenação de Monitoramento, Avaliação e Investigação em Alimentação e Nutrição.
3. Coordenação de Convênios, Auditorias e Orçamento.
4. Coordenação de Informática
5. Coordenação de Apoio Administrativo e Documentação.

Este relatório apresenta as ações desenvolvidas pela CGPAN, no exercício de 2004, segundo as suas áreas internas.

COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Equipe técnica:

Ana Maria Cavalcante de Lima
Anelise Rízzolo de Oliveira Pinheiro (coordenação)
Dillian Goulart
Juliana Amorim Ubarana
Kelva Karina Nogueira de Carvalho de Aquino
Liliane Paula Guimarães de Oliveira
Maria Queiroz Maia
Michele Lessa Oliveira (articulação com os estados)
Patrícia Chaves Gentil (coordenação)
Tatiana Barros

APRESENTAÇÃO

A equipe técnica da **Coordenação da Promoção da Alimentação Saudável (PAS)** tem o propósito de agregar ações e linhas de trabalho em andamento na CGPAN de acordo com as diretrizes da PNAN. Para tal, foram aglutinadas dentro da Coordenação da Promoção da Alimentação Saudável as ações referentes a 1º, 2º, 4º e 5º diretrizes da PNAN.

É importante ressaltar que inerente a todas as ações da PNAN, especialmente no âmbito da atenção básica, a alimentação saudável é o principal eixo e a estratégia central de promoção da saúde. Contudo, particularmente no contexto desta equipe foi agrupado as ações das diretrizes acima citadas: **estímulo às ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos; a garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços neste contexto; a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; e a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição.**

A equipe PAS internamente é composta pelo Grupo de Micronutrientes (Anemia, Hipovitaminose A e os Distúrbios por Deficiência de Iodo – DDIs) e o Grupo da Alimentação Saudável que absorve demandas técnicas relativas a várias ações sob responsabilidade da CGPAN.

1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS - 2004

1.1 Programa Nacional de Suplementação de Ferro

- Delineamento do Programa
- Articulação interna SAS
- Pactuação com as Coordenações Estaduais e Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição;
- Articulação para o registro do xarope/ Farmanguinhos
- Elaboração dos materiais educativos e de divulgação do Programa;
- Elaboração do módulo de gerenciamento do Programa (Home-page);
- Definição da estratégia de implantação do Programa em municípios piloto;
- Definição dos municípios que participarão do projeto piloto do Programa.

1.2 Programa Nacional de Controle dos Distúrbios por Deficiências de Iodo

- Reunião da Comissão Interinstitucional para o Controle dos Distúrbios por Deficiências de Iodo
- Revisão das Portarias de criação da Comissão Interinstitucional para prevenção e controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo e do Programa Nacional de Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo
- Participação na Reunião regional no Peru – Nutrição ótima de iodo nas Américas (ICCIDD/OPAS/UNICEF)

1.3 Fortificação das farinhas de trigo e milho com ferro e ácido fólico

- Finalização do prazo para as indústrias se adequarem para a fortificação (junho de 2004)

- Organização de Simpósio sobre fortificação de farinhas com ac. Fólico e ferro – prevenção de deficiência do tubo neural
- Início do projeto de avaliação de impacto – Pelotas e UNB
- Articulação com a área de hemoderivados para elaboração de um parecer técnico com a posição do Ministério em relação à implicação da fortificação das farinhas de trigo e de milho na saúde de portadores de doenças decorrentes por acúmulo de ferro.

1.4 Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A

- Revisão do Programa: estruturação institucional do programa
- Finalização da portaria do Programa e encaminhamento para publicação
- Finalização dos materiais de divulgação e orientação do programa e encaminhamento aos estados e municípios
- Definições junto a Farmanguinhos quanto à modificação do formato da cápsula, revisão do processo de distribuição e alteração do quantitativo de cápsulas nos frascos de vitamina A
- Atualização científica do programa
- Desenvolvimento do módulo de gerenciamento do programa – home page
- Pactuação com os estados (Coordenações estaduais de alimentação e nutrição)
- Pactuação com a Pastoral da Criança para participação das ações de intensificação do Programa
- Apoio aos estados no fomento da suplementação da 2ª dose de vitamina A durante a Semana Nacional de Alimentação em outubro
- Motivação da imprensa para veiculação da suplementação de vitamina A durante a Semana Nacional de Alimentação.
- Programação da aquisição de vitamina A para 2005

2. ORGANIZAÇÃO DO INFORMATIVO (BIMESTRAL) DA CGPAN COM NOTÍCIAS E AÇÕES REALIZADAS AO LONGO DO ANO.

2.1 Iniciativa Intersetorial de Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis, com ênfase em F,L&V

- Elaboração de texto- base para proposta do setor saúde na Iniciativa
- Articulação Intersetorial para o planejamento da Iniciativa (CONSEA, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Meio Ambiente)
- Participação do MS em Workshop KOBE, Japão (de 01 a 03 de setembro) promovido pela FAO –OMS para discussão da estrutura da Iniciativa em nível mundial – framework (estrutura)
- Grupo de discussão sobre a Iniciativa no Seminário Internacional de Agricultura Familiar, SAN e Desenvolvimento (OPAS) – elaboração de matriz de planejamento 2005
- Constituição de Comissão Executiva Intersetorial (CONSEA e outros Ministérios)
- Início da elaboração do plano de trabalho (Intersetorial) para 2005.

2.2 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU

- Cumprimento das metas de trabalho para o Estudo de Caso Brasil:
- Constituição da Comissão Executiva Nacional (CONSEA)
- Realização de Oficina Nacional para preenchimento das questões relativas ao quadro 5 do mapa diagnóstico
- Consolidação do Estudo de Caso Nacional
- Realização de Oficina Internacional para apresentação dos Estudos de Caso dos países envolvidos (Brasil, Moçambique, Bolívia e Angola)
- Elaboração do edital de licitação para o Evento
- Consolidação do relatório final do Estudo de Caso Brasil a ser apresentado por ocasião do evento (março 2005).

2.3 Saúde Indígena e Acordos de Cooperação Técnica em áreas de fronteira no Brasil

- Pop. Indígena – articulações intersetoriais com CONSEA e FUNASA :
- Discussão e pactuação de Acordo de Cooperação Técnica Ministerial / Brasil - Colômbia

2.4 Parceria com o Programa Nacional de DST/AIDS da SVS do Ministério da Saúde

- Finalização do “Guia prático de preparo de alimentos para crianças menores de 12 meses que não podem ser amamentadas”
- Colaboração na produção do conteúdo do "Manual normativo para profissionais de saúde de maternidades - Referência para mulheres que não podem amamentar."
- Realização de oficina-piloto e Início do planejamento para realização de capacitações dos profissionais de saúde para a implementação de ações relacionadas à saúde e nutrição de crianças verticalmente expostas ao HIV
- Discussão da proposta sobre para o Manual de práticas complementares - alimentação e nutrição: profissionais de Saúde e para pessoas vivendo com HIV/AIDS – proposta integrada.
- Elaboração e finalização do conteúdo do manual de práticas complementares referente a alimentação e nutrição: profissionais de saúde – material específico para a abordagem do tema.
- Início da discussão e elaboração da proposta de manual de praticas complementares - alimentação e nutrição: para pessoas vivendo com HIV/AIDS (usuários SUS – adultos).
- Elaboração de plano de trabalho para elaboração e validação dos materiais em construção.

2.5 Estratégia Global para Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde

- Articulação Intersetorial: aprovação EG (CONSEA e outros setores / ministérios do governo)
- Elaboração de documento brasileiro que valida as referências científicas do RT 916 que legitimam as propostas da EG
- Constituição da Comissão intraministerial da EG com a participação de varias áreas técnicas do MS

- Definição ações prioritárias (Iniciativa, PAS em Escolares, Regulamentações)
- Articulação com a ANVISA e MPU para a regulamentação da publicidade, propaganda e comercialização de alimentos não saudáveis
- Definição da EG enquanto prioridade do Ministério da Saúde para 2005.

3. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

3.1 UNICEF (materiais sobre micronutrientes)

Revisão e encaminhamento para diagramação dos materiais Aprendendo sobre Vitamina A, Ferro e Iodo (agentes comunitários de saúde –ACS e supervisores)

3.2 OPAS/OMS - Observatório de Políticas em Doenças Crônica Não transmissíveis

- Definição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição como objeto do estudo de caso (parceria SVS/SAS)
- Realização de Oficina Internacional com a OPAS/OMS para definição do instrumento de pesquisa
- Organização do plano de trabalho para 2005

4. PARCERIAS COM OUTRAS ÁREAS TÉCNICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

4.1 Disque Saúde

- Realização de enquetes para avaliação da percepção do usuário quanto às ações consideradas prioritárias para o controle do sobrepeso e obesidade.
- Início da atualização do banco de dados alimentação saudável e obesidade.

4.2

Secretaria Executiva

Saúde da População do Campo – Grupo Terra

- Participação no Grupo Terra – Grupo de Trabalho instituído pela Secretaria Executiva do MS;
- Elaboração de documento base sobre a Saúde da População do Campo – nutrição e saúde no Brasil
- Elaboração dos 10 passos para a população do campo
- Início do processo de validação do teste “Como está sua alimentação” para população campesina.

4.3 Plano Nacional de Saúde/MS

Redação e consolidação de ações e metas para o Plano Nacional de Saúde promovido pela Secretaria Executiva.

4.4 Departamento de Atenção Especializada – DAE/SAS

- Elaboração de Parecer com sugestões de ações de alimentação e nutrição na proposta de organização Hospitais de Pequeno Porte.
- Participação em Grupo de Trabalho para a elaboração da Política de Atenção ao Portador de Obesidade
 - Discussão em reunião de trabalho com outras áreas técnicas do MS e convidados externos (Sociedades Científicas).

- Elaboração de texto relativo a alimentação e nutrição para composição da versão preliminar da Política de Atenção ao Obeso.

4.5 Saúde da Mulher – DAPE/SAS

- Pactuação na revisão da proposta de modelo de Atenção ao Pré Natal e ações para redução da mortalidade materna e neonatal.
- Revisão do conteúdo de nutrição do Manual de Pré-Natal com inclusão da nova proposta de avaliação nutricional da gestante e do kit da Saúde da Mulher (caderneta de saúde, disco de IMC, agenda da gestante)

4.6 Saúde da Criança

- Participação na elaboração da Caderneta da Criança
- Participação na revisão do conteúdo da IUBAM (Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação).

4.7 Saúde do Adolescente

- Participação e elaboração de parecer com sugestões para o conteúdo do módulo didático do curso à distância, para a formação de multiplicadores no tema de promoção da saúde.

4.7.1 Participação no “Plano Presidente Amigo da Criança”, coordenado pelo DAPE/Saúde do Adolescente

- Acompanhamento do cumprimento de metas físicas e orçamentárias das ações da CGPAN atualmente contempladas neste Plano (Programas de Suplementação de Micronutrientes e Vigilância Alimentar e Nutricional);
- Elaboração de relatórios com os dados de acompanhamento dos referidos Programas de Suplementação.
- Elaboração de plano de metas 2005: ações envolvidas micronutrientes e vigilância alimentar e nutricional.

4.8 ANVISA

Elaboração de plano de trabalho para o ano de 2004 (ações e interfaces)

- Participação em parceria com a ANVISA para divulgação da Rotulagem Nutricional
- Realização de Curso sobre a temática de Rotulagem Nutricional em congressos (Congresso Brasileiro de Epidemiologia e Congresso Brasileiro de Nutrição)
- Discussão sobre o tema de regulamentação de alimentos : publicidade e estratégias de marketing
- Codex alimentarius: Pareceria com ANVISA no apoio à elaboração de estratégias e de propostas do Brasil sobre a Rotulagem Nutricional para apresentação ao Comitê de Rotulagem de Ottawa: GT- Rotulagem de Alimentos e o GT NFSDU - Nutrição e Alimentos para Dietas Especiais.

4.9 Coordenação Nacional de Hipertensão e Diabetes

Elaboração de material educativo sobre alimentação saudável para educação permanente na rede SUS (atenção básica) : Os 10 passos para uma alimentação saudável para hipertensos e diabéticos.

4.10 Parceria com Assessoria Internacional do Ministério da Saúde

Participação com proposições de ações relacionadas ao tema alimentação e nutrição a em projetos de cooperação técnica internacional com Timor Leste, Cabo Verde, Haiti e Colômbia.

5. PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES

5.1 Pastoral da Criança

- Elaboração, planejamento de capacitações de profissionais da Pastoral da Criança em Segurança Alimentar e Nutricional (com abordagem de Direito Humano á alimentação e Promoção da Alimentação Saudável) em 32 municípios de risco;
- Capacitação de voluntários da Pastoral da Criança em Segurança Alimentar e Nutricional (com abordagem de Direito Humano á alimentação e Promoção da Alimentação Saudável)
- Análise do guia do líder da pastoral da criança para adequação do conteúdo de alimentação e nutrição às propostas e conceitos preconizados pela CGPAN.
- Elaboração de agenda de trabalho para monitoramento e avaliação das capacitações realizadas junto a Pastoral

5.2 Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

- Seleção e organização dos conteúdos sobre alimentação saudável para a programas de mídia sobre Educação para o Consumo – Projeto Educação à Mesa
- Acompanhamento e revisão de conteúdo técnico do projeto Educação à Mesa.

5.3 Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Ministério do Trabalho e Emprego

- Participação junto a CTPAT como representante do MS;
- Participação do GT Segurança Alimentar e Nutricional no PAT para discussão e fomento para revisão, avaliação e análise dos aspectos nutricionais que envolvem o programa com enfoque na Segurança Alimentar e Nutricional no Direito Humano à Alimentação.
- Revisão e atualização do Manual sobre Educação Nutricional do PAT
Constituição de GT para a discussão de novos parâmetros nutricionais para o Programa

5.4 CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar)

- Participação em discussões sobre as ações da CGPAN na Câmara Temática II: (Nutrição, Saúde), Câmara Temática II (Produção e Abastecimento), Grupos de Trabalho, Comissões Permanentes e na plenária do CONSEA.

-Apresentação das propostas da CGPAN sobre Vigilância Alimentar e Nutricional e Promoção da Alimentação Saudável nas Câmaras Temática e plenárias do CONSEA.

-Constituição de parceria na coordenação (Secretaria Executiva) da proposta da Iniciativa Intersetorial de Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis com ênfase em frutas, legumes e verduras.

5.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - FNDE/MEC (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da educação do Ministério da Educação)

Discussão de articulação institucional para planejamento da Iniciativa Intersetorial Nacional de Incentivo ao Consumo de Alimentos Saudáveis com ênfase em legumes, verduras e frutas.

5.6 Ministério Público da União

- Articulação do MP para a definição de linhas de trabalho para 2005 em parceria com a ANVISA (GPESP) para elaboração de ações de regulamentação de alimentos em termos de publicidade e estratégias de marketing, advertências e rotulagem nutricional em fast foods direcionados especialmente para crianças.

6. Outras Atividades

6.1 Capacitações em Alimentação e Nutrição

Desdobramento e continuidade de capacitações para os profissionais da atenção básica sobre Alimentação Saudável com enfoque no Direito Humano à Alimentação e na Segurança Alimentar e Nutricional: desdobramentos das capacitações ocorridas no ano de 2002. (Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte).

6.2 Participação em eventos (seminários, congressos, simpósios) científicos nacionais e internacionais com apresentações da PNAN sobre o tema promoção da Alimentação Saudável e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

- II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia
- XVIII Congresso Brasileiro de Alimentação e Nutrição
- Seminário Nacional de Alimentação Escolar do FNDE/MEC
- Mostra de Saúde da Família com a Oficina de Micronutrientes

6.3 Organização de outros eventos

- Lançamento da Ação para Intensificação do Programa Nacional de Suplementação de - Vitamina A no município de Cabo de Santo Agostinho – PE, durante a Semana - - Nacional de Alimentação e Nutrição.
- Organização de reunião nacional dos coordenadores estaduais de alimentação e nutrição.

- Organização de Simpósio sobre fortificação de farinhas com ac. Fólico e ferro
- prevenção de deficiência do tubo neural em parceria com a ANVISA

6.4 Elaboração de Notas Técnicas e Pareceres Técnicos e levantamentos bibliográficos

- Pareceres e Notas Técnicas ao tema de Micronutrientes e Promoção da Alimentação Saudável.
- Levantamento de receitas regionais provenientes dos estados brasileiros e centros colaboradores em alimentação e nutrição e estabelecimento de metodologia para organização de publicação Receitas Regionais Saudáveis.

6.5 Supervisão de estágios

- Supervisão de estagiários curriculares do curso de Nutrição da UnB no desenvolvimento de programas e projetos sobre alimentação saudável.
- Supervisão e acompanhamento dos estagiários de nível superior e médio da CGPAN.

6.6 Reuniões de equipes

Realização de reuniões mensais entre as equipes internas (Micronutrientes e Alimentação Saudável) da Promoção da Alimentação Saudável/CGPAN para integração das atividades, divulgação de materiais, discussões e articulações de ações integradas.

7. ELABORAÇÃO DE MATERIAIS INFORMATIVOS – PUBLICAÇÕES

- Cadernos de atenção básica
- Revisão final da versão original e definição de reestruturação
- Contratação de consultor para elaboração do material com enfoque nas doenças crônicas não transmissíveis com ênfase na obesidade.
- Finalização do Módulo 1 da proposta original que será impressa como linha editorial exclusiva da CGPAN em 2005: Cadernos de Alimentação e Nutrição

7.1 Guia alimentar para a população brasileira

- Elaboração do conteúdo do Guia Alimentar para a população brasileira
- Realização de Consulta Pública sobre a proposta de conteúdo para o Guia
- Realização de Oficina de trabalho para Consolidação do Guia com GT consultor de expertises.
- Revisão do conteúdo do material após as considerações do GT consultor

7.2 Manual para o tratamento da criança com desnutrição grave em nível hospitalar

- Discussão com a Assistência Farmacêutica sobre estratégias para apoio na implantação do protocolo e encaminhamentos sobre a viabilidade de produção e fornecimento aos estados dos compostos farmacêuticos sugeridos pelo protocolo.
- Reunião com áreas técnicas do MS para apresentação e recebimento de sugestões do conteúdo do manual
- Oficina de Validação do Protocolo (grupo consultor)
- Finalização do Manual de atendimento a criança com desnutrição grave em nível hospitalar
- Início do processo de editoração e impressão

- Início da articulação da CGPAN com a Coordenação de Alta Complexidade DAE/SAS para o planejamento das capacitações em serviço para Implantação do Manual em Hospitais do SUS.

COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Equipe Técnica

- **Avaliação**

Antônio Fagundes

Eduardo Augusto Fernandes Nilson

Ronaldo Dias

- **Implantação**

Andhressa Fagundes

Helen Altoé Duar
Luciana Monteiro V. Sardinha
Mariana Martins Pereira (estagiária)
Marília Mendonça Leão (coordenação)
Sandra Pelli Ribeiro
Sérgio Ricardo Ischiara
• **Informática**
Célio Luiz Cunha
Frederico Palma
José Hélio Silva
Waldomero Aranda Filho

“O *Diagnóstico Nutricional* deve ser entendido e, sobretudo, aplicado convertendo-o num instrumento de adesão e capacitação dos profissionais da saúde para as responsabilidades crescentes que a assistência qualificada reclama, como exigência técnica e como direito de cidadania”.¹

O Grupo Técnico responsável pelo Monitoramento, Avaliação e Investigação em Alimentação e Nutrição é responsável pelo cumprimento do disposto na 3ª diretriz “*Monitoramento da Situação Alimentar e Nutricional*”, na 6ª “*Promoção de Linhas de Investigação*” e na 7ª “*Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos*” da referida Política Nacional de Alimentação e Nutrição. As principais atividades realizadas no ano de 2004 competentes a essa coordenação estão descritas a seguir.

¹ Malaquias Batista Filho em SISVAN: Instrumento para o combate aos distúrbios Nutricionais em Serviços de Saúde – Diagnóstico nutricional. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Região Sudeste.

8. MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O monitoramento da situação alimentar está contemplado na terceira diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e é uma ação recomendada pela OMS, OPAS, FAO e UNICEF, por meio da ação de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, com o objetivo de: “(...) monitorar as condições dos grupos desfavorecidos da população de risco e proporcionar um método de avaliação rápida e permanente de todos os fatores que influenciam os padrões de consumo alimentar e o estado nutricional visando à melhoria das condições de saúde e nutrição da população brasileira” (FAO/OMS, 1974).

Essa ação se propõe ainda a conhecer e acompanhar a magnitude dos problemas nutricionais da população, descrevendo continuamente as tendências de saúde e nutrição e os seus determinantes, em nível individual ou coletivo, identificando-os por áreas geográficas e mapeando as endemias carências como desnutrição energético-protéica, anemia, hipovitaminose A e deficiência de iodo.

Atualmente, o SISVAN encontra-se em fase de implantação e consolidação em vários países do mundo. No Brasil, o início da implantação da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN foi em 1977 tendo como proposta a organização de um sistema de informação para o monitoramento do estado nutricional e da situação alimentar da população brasileira. Os resultados dessa ação devem permitir a disponibilização de informações para o planejamento de ações para prevenção e controle dos distúrbios nutricionais da população.

Embora já existam no país algumas experiências estaduais e locais que têm apresentado resultados muito positivos, esses dados têm sido gerados sem padronização pela inexistência de um instrumento informatizado que possibilite a

comunicação e um fluxo ágil entre as três esferas do SUS. O Brasil não dispõe, então, de uma ação de Vigilância Nutricional consolidada.

Assim, a proposta atual da CGPAN é enfatizar e consolidar o SISVAN como ação a ser desenvolvida pelos profissionais da atenção básica e instrumento fundamental para o cumprimento da agenda de saúde dos usuários do SUS e das ações que visam ao fortalecimento de programas de governo.

A Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição – CGPAN vem trabalhando desde 2002 na reorganização e informatização das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, bem como elaborou um sistema informatizado para a Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, de modo a padronizar as diferentes estratégias utilizadas por algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e prover a devida padronização do fluxo de coleta, processamento, análise e gestão dos dados.

O SISVAN está sendo desenvolvido na atenção básica da rede do serviço de saúde e incorporado às rotinas de atendimento, monitorando o estado nutricional dos usuários, buscando detectar situações de risco e a prescrição de ações que possibilite na prevenção de efeitos deletérios à saúde e a garantia da reversão ao quadro de normalidade, quando necessário.

A recomendação da proposta é que o monitoramento nutricional seja feito para indivíduos em qualquer fase do ciclo de vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes e idosos) que procurarem por demanda espontânea um serviço de saúde da atenção básica ou que forem acompanhados por uma equipe do Programa Saúde da Família, visando a identificar precocemente os desvios nutricionais (baixo peso ou sobrepeso/obesidade), o mapeamento contínuo e atualizado (monitoramento) dos agravos nutricionais e o auxílio na melhoria da qualidade da atenção básica de saúde.

Tais informações irão fornecer uma base para decisões a serem tomadas pelos responsáveis por políticas públicas, planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e do estado nutricional no Brasil.

A consolidação e implementação do sistema estão sendo feitas, especialmente, com o apoio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição e das Áreas Técnicas Estaduais e Municipais em Alimentação e Nutrição, existentes na totalidade dos estados e em centenas de municípios brasileiros, respectivamente.

No ano 2004 foram desenvolvidas e intensificadas uma série de ações e linhas de trabalho visando a implementar a Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN no país. Dentre essas ações destaca-se o fomento às capacitações, com o atendimento das demandas estaduais, a finalização da elaboração da portaria do SISVAN e das publicações de apoio técnico, e preparação para o lançamento nacional.

8.1 Lançamento Nacional e Publicação da Portaria da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN

No dia 15 de outubro do ano corrente, aconteceu em Duque de Caxias – RJ o lançamento oficial nacional da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e contou com a presença do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, do Senhor Presidente do CONSEA, Francisco Menezes e de Dom Mauro Morelli, embaixador da ONU para Nutrição.

Nessa ocasião foram apresentados: o sistema de informação e os materiais de apoio às ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, elaborados para os profissionais da atenção básica (manual, cartazes, álbum seriado).

Destaca-se que na solenidade do lançamento foi assinada a Portaria Ministerial Nº 2.246 (ANEXO 1), publicada no Diário Oficial da União Nº 202 de 20/10/2004, que institui e divulga a implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde.

É importante ressaltar que esse sistema será o instrumento utilizado para o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme o Decreto nº 5.209 (ANEXO 2), publicado no Diário Oficial da União de 17/09/2004, que recomenda o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos. A portaria interministerial Nº 2.509 publicou no Diário Oficial da União de 18/11/2004 (ANEXO 3), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Saúde, dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e monitoramento das ações de saúde relativas as condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

8.2 Capacitações para implantação do SISVAN

A partir de outubro de 2003 foi desencadeado pela CGPAN um processo de capacitação para implantação do aplicativo aos profissionais de saúde e de informática, estaduais e municipais, da atenção básica. Essa capacitação de recursos humanos incluía sensibilização, a ampliação e o fortalecimento das atividades de vigilância com o apoio de materiais e publicações relativas ao tema.

As capacitações têm como objetivo habilitar os profissionais na utilização do referido aplicativo, na formação de multiplicadores para desencadear o processo de implantação do SISVAN em nível local e, ainda, na sensibilização dos profissionais de saúde, de modo a incorporar ações de promoção da alimentação, hábitos de vida saudáveis e segurança alimentar e nutricional.

Para realizar as capacitações foram capacitados 08 técnicos da CGPAN/MS (profissionais da saúde - nutricionistas e técnicos de informática responsáveis pelo aplicativo) para ministrar o treinamento sobre as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, tanto no sistema informacional quanto no conteúdo técnico que o fundamenta.

A metodologia utilizada contou com encontros presenciais com dois técnicos estaduais e municipais, sendo um profissional de saúde e um da informática, com duração de dois (02) dias (carga-horária de 16 horas). Foi utilizada metodologia participativa, contando com dinâmicas de grupo, apresentações orais, aulas práticas de antropometria e do sistema e elaboração de plano de metas como planejamento local da implementação do SISVAN. Essas capacitações foram realizadas por meio de demandas das Coordenações Estaduais de Alimentação e Nutrição, as quais escolhiam, a partir de critérios locais, os municípios (média de 25 municípios por turma) a serem capacitados

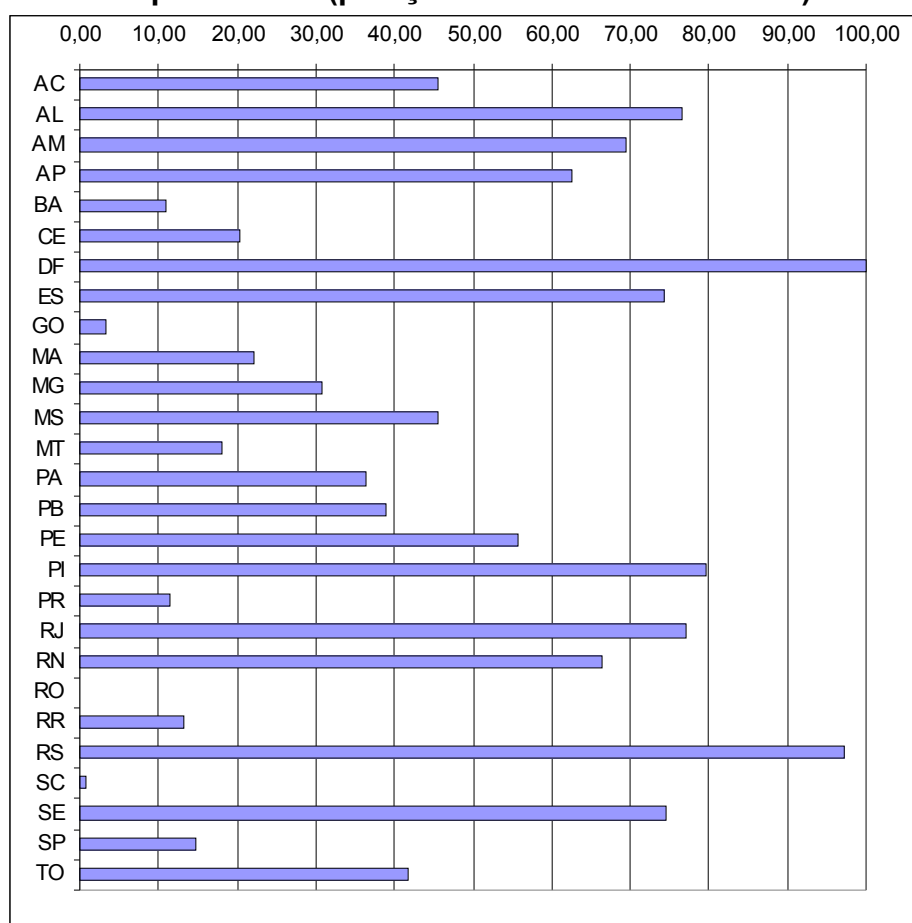
As capacitações realizadas pela CGPAN incluíram os seguintes temas:

- 8.2.1 Segurança Alimentar e Nutricional: reforça o SISVAN como instrumento para monitorar e auxiliar a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população, segundo o preconizado nas duas Conferências Nacionais ocorridas com esse tema;
- 8.2.2 Vigilância Alimentar e Nutricional: aborda os parâmetros recomendados para avaliação nutricional e seus indicadores em todas as fases do ciclo de vida;
- 8.2.3 Antropometria (controle de qualidade): treinamento prático sobre os métodos antropométricos (“como pesar e medir”) e a sensibilização quanto à atitude de vigilância dos profissionais para a execução das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional;
- 8.2.4 Utilização do aplicativo: apresentação e treinamento prático sobre o sistema, abordando a instalação, utilização do aplicativo e emissão de relatórios.

8.3 Resultado das capacitações em 2004

No período de Outubro de 2003 a Novembro de 2004 foram capacitados 2.005 municípios de 26 estados brasileiros, representando 36,07% da totalidade do país. Destaca-se que a região Sul apresenta o maior número de municípios capacitados (44,66%), seguido da região Nordeste com 41,52%. Apenas o estado de Rondônia não foi capacitado (gráfico 01).

Gráfico 01 – Percentual de Municípios Capacitados em Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN por Estado (posição em dezembro de 2004)



Fonte: Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição, 2004.

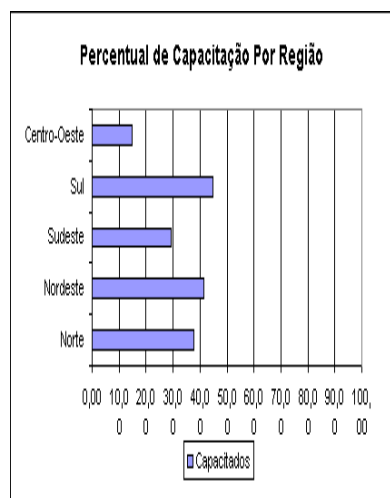
Ao longo deste processo contabilizá-se a participação de 928 profissionais da saúde e 1.088 técnicos de informática, como demonstra o quadro abaixo.

É importante ressaltar que todo este processo de capacitação foi realizado por uma equipe de oito profissionais, sendo nutricionistas e, técnicos de informática que trabalhavam em dupla durante as capacitações. Para efetivar as citadas capacitações foram realizadas 37 viagens ao longo de 2004.

Quadro 01 – Número de municípios e profissionais capacitados Vigilância Alimentar e Nutricional, por região e total do país. Posição em dezembro de 2004.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Total de Municípios	310	1.929	1.668	1.189	463	5.559
Municípios Capacitados	117	801	487	531	69	2.005
Municípios a Capacitar	193	1.128	1.181	658	394	3.554
% de Municípios Capacitados	37,74	41,52	29,20	44,66	14,90	36,07
% de Municípios a Capacitar	62,26	58,48	70,80	55,34	85,10	63,93
Qtd. Secretários de Saúde	5	66	7	0	1	79
Qtd. Técnicos da Saúde	58	487	200	109	74	928
Qtd. Técnicos de Informática	72	607	237	88	84	1.088

Fonte: Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição, 2004.



8.4 Macro-Capacitações em Vigilância Alimentar e Nutricional

Após a realização das capacitações estaduais e municipais, a CGPAN vem planejando em um processo mais abrangente, por entender que a implantação do SISVAN carece, ainda, de reforço para a multiplicação das capacitações e a efetiva cobertura em todo o país.

Pretendendo atingir, em menor tempo possível, um número considerável de profissionais capacitados, aptos a replicarem os conteúdos aos seus respectivos Municípios, a CGPAN elaborou um projeto para realizações de Macro-capacitações.

As capacitações Macro-regionais serão realizadas com o apoio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição – CECANS. O número de vagas foi definido proporcionalmente ao número de municípios e à população dos respectivos Estados.

Os participantes deverão ser indicados pelos Coordenadores Estaduais de Alimentação e Nutrição, responsáveis pelo SISVAN, como parceiros e principais responsáveis por desencadear o processo em nível local. Conta-se, ainda, com outros parceiros participantes nas referidas capacitações:

1. Coordenadores Estaduais do Programa de Saúde da Família;
2. Técnicos das Regionais de Saúde;
3. Técnicos do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Região;
4. Representante do Conselho de Segurança Alimentar – CONSEA;
5. Representante do Conselho Municipal de Saúde;
6. Técnicos de informática das Regionais do DATASUS.

As capacitações macro-regionais também fomentarão a criação de Laboratórios Modelos em Antropometria em nível estadual, os quais esta Coordenação espera com o repasse de conhecimento técnico, material didático e um *kit* de equipamentos (balanças eletrônicas para adultos e crianças, para trabalho de campo e antropômetros adulto e infantil).

8.5 Elaboração de materiais

Com o objetivo de apoiar as capacitações e a efetiva implementação da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN no país, a CGPAN elaborou materiais de apoio técnico aos profissionais de saúde estaduais e municipais, de modo a esclarecer os objetivos e normatizar os parâmetros estabelecidos pelo SISVAN. Os materiais são os seguintes:

8.5.1 Manual técnico: Orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde.

8.5.1.1 Conjunto de cartazes sobre a correta tomada de medidas antropométricas:

- a. Como pesar crianças menores de dois anos;
- b. Como medir crianças menores de dois anos;
- c. Como pesar crianças maiores de dois anos, adolescentes e adultos;
- d. Como medir crianças maiores de dois anos, adolescentes e adultos;

8.5.2 Álbuns seriados:

- e. Antropometria: Como pesar e medir
- f. O que é Vida Saudável?

- g. Dez passos para alimentação saudável: guia para crianças menores de dois anos

8.5.3 Manual Operacional do Sistema

Para o desenvolvimento e custeio dos materiais foi firmado um termo de cooperação técnica, com repasse de recurso financeiro por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, na época Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA. Esse termo de cooperação – TC 19 – 5º Termo de Ajuste foi feito via Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS visando a agilizar a execução orçamentária.

A tiragem impressa está explicitada na tabela 2.

Tabela 02 - Tiragem de impressão dos materiais impressos da Vigilância Alimentar e Nutricional

Publicação	Manual Técnico ²	Cartazes de antropometria (conjunto de 04 cartazes)	Álbum Seriado Antropometria	Álbuns Seriadados Promoção da Alimentação Saudável ³	CD ⁴
Quantidade	20.000	75.000 de cada	10.000	6.000 de cada	20.000

O manual de orientações básicas aborda o histórico do SISVAN no Brasil e no mundo, os objetivos, a definição, os critérios para diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, as recomendações dos índices antropométricos adotados em cada fase do ciclo de vida contemplada no sistema (criança, adolescente, adulto, gestante e idoso), os métodos antropométricos e os instrumentos adotados.

Os dados do monitoramento nutricional devem ser bem concebidos desde o momento da tomada de medidas antropométricas para que se obtenha o real diagnóstico da população monitorada e assim, as ações sejam coerentemente direcionadas para essa realidade. Para tanto, foram elaborados materiais com a explicação passo a passo da metodologia correta da tomada de medidas antropométricas (peso, altura e circunferências). Esse material foi feito no formato de cartazes e álbum seriado.

Os álbuns seriados “O que é vida saudável?” e o “Dez passos para uma alimentação saudável: guia para crianças menores de dois anos”, foram elaborados com a proposta de auxiliar e direcionar os profissionais da saúde a realizar, após o levantamento do diagnóstico nutricional da população, ações de educação nutricional e promoção da saúde, reforçando assim, o valor da nutrição para promoção da saúde, sempre como processo contínuo.

² Intitulado “Orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde”.

³ Intitulados “O que é Alimentação Saudável?” e “Dez Passos para a Alimentação Saudável: guia para crianças menores de dois anos”.

⁴

CD com a gravação dos arquivos de todas as publicações.

A CGPAN compôs um grupo de trabalho, do qual alguns integrantes eram especialistas das diferentes áreas contempladas nos materiais – saúde da criança, do adolescente, da mulher, do idoso, alimentação e nutrição, antropometria, indicadores e outros, para realizar exaustiva revisão dos materiais elaborados antes de serem impressos.

Internamente, foram realizadas oficinas de leitura e correção do manual junto aos técnicos envolvidos na Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, sendo realizado um trabalho bem criterioso, com a correção de textos, tabelas, figuras/ imagens e formatação final.

A CGPAN iniciará a distribuição dos materiais impressos a partir de janeiro de 2005 para todos os municípios e regionais de saúde, seguindo critério de população por município. A distribuição também será para Cursos de Nutrição, Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição e as Áreas Técnicas Estaduais de Alimentação e Nutrição.

8.6 O Sistema

A CGPAN intensificou em 2004 a finalização do módulo municipal com homologação das versões e constante interlocução com o DATASUS para o cumprimento eficaz do projeto do aplicativo.

O Módulo de Gestão, por sua vez, permite a consolidação e a visualização das informações nas três esferas de gestão do SUS. No entanto, apesar de solicitações datadas desde 2003 e das constantes reuniões, definições de fluxo de dados e desenho dos relatórios, este módulo não foi concluído pela equipe de desenvolvimento do Datasus. Esta situação prejudica o processo uma vez que não é possível finalizar a atitude de vigilância no sentido amplo da expressão. Além disso, o Módulo de Gestão é a ferramenta que os municípios terão disponível para a entrada dos outros dados de acompanhamento, como participação no pré-natal e vacinação dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Por esta equipe técnica ter sempre trabalhado em parceria com a equipe de Informática e junto aos técnicos do Datasus responsáveis pelo desenvolvimento do SISVAN intensificou-se, especialmente ao longo de 2004, uma preocupação com a conclusão do sistema e de se alcançar as pactuações e sensibilizações realizadas junto aos gestores do SUS e outros parceiros no processo como: CONSEA, MDS, CONASS e CONASSEMS. Vários problemas foram vivenciados ao longo da construção dos módulos de gestão e municipal junto ao Datasus, destacando o não cumprimento dos prazos estipulados e não realização adequada do produto solicitado, fatos que prejudicam o cumprimento do cronograma estabelecido e pactuado.

8.7 Resultados esperados

O resultado esperado com a implantação do SISVAN é a produção de um elenco básico de indicadores capaz de sinalizar os eventos que descrevam a realidade da situação alimentar e nutricional do país, em todas as esferas de governo, como exemplo, a distribuição e acompanhamento do peso ao nascer, a prevalência da desnutrição energético-proteica, indicadores de aleitamento materno e estado nutricional da população.

Ainda há um longo caminho para o SISVAN percorrer no Brasil: melhorar a qualidade dos dados obtidos nos serviços de saúde, introduzir outros indicadores que permitam o diagnóstico e o monitoramento dos agravos nutricionais prevalentes nas diversas faixas etárias da população dos serviços de saúde e, fundamentalmente, garantir que essas informações sejam utilizadas para ações imediatas e sirvam de subsídios para o planejamento e avaliação de políticas de intervenção do sistema de saúde e na melhoria da assistência prestada.

Com todo esse processo de capacitação em Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN desencadeado no Brasil espera-se que as informações geradas resultem em ações concretas que possibilitem a melhoria das condições de saúde e nutrição da população brasileira. Essa atitude de vigilância colabora, ainda, no controle social tão almejado em nossa nação.

9. PROMOÇÃO DE LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

9.1 Projeto Tabela de Composição de Alimentos – TACO

O projeto TACO - Tabela Brasileira de Composição de Alimentos tem como objetivo realizar a análise química nutricional sobre os principais alimentos consumidos no país, já que até o momento não existem informações consistentes da composição nutricional de alimentos nacionais e todo o planejamento e ação da área é referenciada em dados pontuais ou tabelas internacionais.

O conhecimento do valor nutricional dos alimentos é instrumento básico para dar suporte a realização da diretriz da PNAN que descreve sobre a garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços neste contexto. Adicionalmente, este conhecimento deve ser atributo para a proteção da saúde do consumidor, dentro da perspectiva do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Com este enfoque a CGPAN tem apoiado o Projeto TACO - Tabela de Composição de Alimentos, que tem como objetiva realizar a análise química dos alimentos mais consumidos no país, respeitando as diferenças regionais, já que até o momento não existem informações nutricionais consistentes de alimentos nacionais.

Este projeto é executado em parceria com o NEPA/UNICAMP, com apoio financeiro da CGPAN/MS e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

9.2 Objetivos alcançados até o momento

A primeira fase do projeto foi financiada pelo MS (convênio no valor de R\$ 650.052,00) tendo uma contrapartida de R\$ 132.000,00 chegando a um valor total de execução de R\$ 782.052,00. O estudo foi coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas - NEPA/UNICAMP com uma rede de laboratórios em todo o país. O trabalho teve início em 1997 e já foram analisados 198 alimentos processados e "in natura" originários de todas as regiões do país. Os componentes analisados foram: gordura total, nitrogênio, cinzas, fibra alimentar, ferro, cobre, sódio, zinco, potássio, magnésio, cálcio, fósforo, niacina, vitamina A, B1, B2, B6 e C, ácidos graxos e colesterol. Realizou-se a análise inclusive de todos os compostos que devem estar declarados na rotulagem nutricional dos alimentos: valor calórico, proteínas, carboidratos, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trans, colesterol, fibra alimentar, cálcio, ferro e sódio. Tais resultados foram

publicados e o lançamento foi feito durante o CONBRAN (Congresso Brasileiro de Alimentação e Nutrição) em Campo Grande – MT e também em Brasília, pelos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

9.3 Proposta de continuidade

A construção de um banco de dados de alimentos tem caráter dinâmico e permanente. Desta forma, foi dado início à segunda fase do projeto com a realização de análise de mais 500 alimentos "in natura" que participam do consumo da população e, inclusive, preparações regionais, selecionados e identificados pela importância nutricional e econômica e, ainda, regionalidade.

9.4 Projeto Alimentos do Brasil - JICA

Trata-se de uma proposta de projeto de cooperação técnica entre o Brasil e o Japão, em fase de negociação com a JICA, Agência de Cooperação Internacional do Japão. O projeto foi concebido para fornecer apoio técnico e transferir tecnologia apropriada e sustentável às mulheres de comunidades carentes do Brasil. Tem como objetivo principal melhorar a situação de saúde e nutrição das comunidades em que irá atuar, promovendo o desenvolvimento local e a atribuição de poderes às comunidades.

O Projeto Alimentos do Brasil combina a investigação científica com o desenvolvimento local. Ele prevê a capacitação de comunidades carentes para melhorarem o seu padrão de consumo alimentar a partir dos seus próprios recursos alimentares locais, com apoio de trabalhadores capacitados e criação de centros de processamento de alimentos na comunidade. Prevê, ainda, a análise da composição dos alimentos selecionados pelas comunidades, tanto no aspecto nutricional, quanto seus potenciais bioativos. As análises dos alimentos selecionados pelas comunidades serão realizadas no âmbito deste projeto.

Visando à continuidade das negociações do projeto com a JICA a CGPAN recebeu a visita de uma perita japonesa, durante o mês de junho e julho de 2004, quando então foram feitas diversas visitas institucionais e locais para os estudos de viabilidade do projeto, por parte da JICA. Em anexo está a agenda cumprida pela perita, bem como o seu relatório final. No que respeita às contrapartidas pactuadas pelo Ministério da Saúde, enfatiza-se que vêm sendo cumpridas a contento, como, por exemplo, com a publicação, já concretizada e distribuída, dos Alimentos Regionais Brasileiros e com a publicação dos resultados da primeira fase do Projeto Taco com o NEPA-UNICAMP bem como a sua continuidade.

10. AÇÕES INTERSETORIAIS

10.1 Programa Bolsa Família (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS)

Durante o ano de 2004 houve trabalho articulado com a equipe do MDS para a concretização e publicação da legislação que regulamenta as condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: Decreto 5.209 de 17/09/04 e a Portaria Interministerial MDS e MS nº 2.509 de 18/11/04. A Portaria que regulamenta a gestão das condicionalidades e a repercussão do descumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família foi construída com a participação efetiva da CGPAN junto ao grupo do MDS e MEC, no entanto ainda não foi publicada.

A Portaria Interministerial dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas as condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esta Portaria contempla como sendo condicionalidades as atividades sob responsabilidade da CGPAN – SISVAN e Promoção da Alimentação Saudável - ações relevantes para a promoção da saúde e uma importante conquista para a área de nutrição.

O Grupo de Trabalho de Condicionalidades, no qual a CGPAN está inserida, desenvolve reuniões freqüentes para desenvolver materiais, definir logística para futuras capacitações e traçar linhas de trabalho para o projeto de acompanhamento aos municípios piloto.

Com o objetivo de apoiar o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, foram elaborados materiais de apoio aos gestores (municipais e estaduais) e beneficiários. O manual de orientações gerais para os gestores aborda a orientação para o início ou aprimoramento da estratégia para o acompanhamento das famílias do Bolsa Família e inclui, também, a Lei 10836 que institui o Programa, o Decreto 5209 que o regulamenta e a Portaria Interministerial MDS e Ministério da Saúde que dispõe sobre o acompanhamento das ações de saúde. O outro material é a cartilha com informações de saúde direcionada para as famílias beneficiadas. Apesar da relevância dos materiais os mesmos ainda não foram distribuídos, devido a falta de recursos para a impressão.

10.2 Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE)

A CGPAN participou de um grupo de trabalho junto ao IBGE e pesquisadores para analisarem os dados da POF cujos resultados foram lançados em dezembro de 2004. Esta recente divulgação dos dados da POF trouxe informações importantes sobre o estado nutricional da população adulta brasileira, bem como sobre a disponibilidade de alimentos adquiridos para o consumo no âmbito domiciliar. São resultados valiosos que merecem atenta reflexão por parte do governo, no sentido de aprimorar suas ações voltadas à segurança alimentar e nutricional do país. Tais informações vêm corroborar as tendências epidemiológicas já evidenciadas no Brasil, bem como em nível mundial, incluindo aqui muitos dos países em desenvolvimento. Trata-se do fenômeno denominado de transição nutricional que, devido às mudanças do padrão alimentar e à redução da atividade física associado ao envelhecimento da população altera o perfil epidemiológico das populações. Neste cenário, as doenças crônicas não transmissíveis, entre estas a obesidade, assumem liderança no perfil de morbidade e mortalidade das populações. O crescimento relativo e absoluto das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), principalmente das doenças do aparelho circulatório, diabetes e alguns tipos de câncer, expressam as intensas mudanças ocorridas nos padrões de adoecimento globais na segunda metade do século XX. Segundo dados da OMS, as DCNT foram responsáveis por 59% da mortalidade (cerca de 31,7 milhões de óbitos) e 43% da carga global de doenças em 1998. No Brasil, desde a década de 60, as doenças cardiovasculares (DCV) lideram as causas de óbito no país. Atualmente, elas são a causa básica de morte de cerca de dois terços do total de óbitos com causas conhecidas no país.

Existe, pois, um novo paradigma epidemiológico a ser enfrentado no Brasil: de um lado a persistência das doenças associadas às carências cujo maior exemplo é a desnutrição infantil e de outro lado as doenças associadas aos excessos e modos não saudáveis de vida.

11. AÇÕES INTRAMINISTERIAIS

11.1 Área Técnica da Saúde da Criança e Aleitamento Materno

Discussão em conjunto entre a Saúde da Criança e a CGPAN da viabilidade de se acatar o novo padrão de crescimento da OMS realizado por um estudo multicêntrico do qual o Brasil foi o único país latino-americano a participar. As limitações encontradas são:

a) o novo padrão somente contempla crianças menores de cinco anos de idade. No Brasil o cartão da criança já utiliza acompanhamento nutricional de crianças menores de sete anos e o SISVAN preconiza o acompanhamento nutricional de menores de dez anos.

b) mudança de padrão de crescimento em um país com a dimensão do Brasil e sua complexidade de organização do SUS (descentralização) levaria a um "tempo" de existência simultânea de dois padrões de referência, inviabilizando assim, comparabilidade intra-país e limitações na série histórica nacional.

c) se o país não acatar o novo padrão internacional da OMS, o Brasil perde a comparabilidade de avaliação nutricional internacional.

Necessário, então se faz, que no primeiro semestre de 2005, seja realizada ampla discussão com especialistas nacionais em conjunto com o Ministério da Saúde para avaliar o impacto da mudança para o Brasil e a decisão final de uso ou não da nova curva. A CGPAN tem a expectativa de que a Área Técnica da Saúde da Criança coordene esta ampla discussão colaborando no que for necessário e pertinente.

11.2 FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)

Parceria para a utilização dos cartazes de antropometria elaborados pela CGPAN nos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DESAI) da Funasa e início de discussão para a compatibilidade dos sistemas de monitoramento do estado nutricional.

11.3 Área Técnica da Saúde da Mulher

O trabalho em parceria com a Saúde da Mulher foi a divulgação por parte da Área Técnica junto às Coordenações Estaduais da Saúde da Mulher da proposta de diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional de gestantes baseado no IMC gestacional que foi pactuado em 2003.

12. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A equipe de Monitoramento e Investigação em Alimentação e Nutrição participou de alguns eventos em 2004 divulgando as ações desenvolvidas na coordenação.

12.1 Oficina de Segurança Alimentar e Nutricional

Esta oficina ocorreu como atividade pré-congresso do VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia realizado em Recife no mês de junho. Teve como objetivos:

-Apresentar os resultados da validação de metodologia para acompanhamento e avaliação da segurança alimentar (escala da fome) e

-Discutir indicadores de segurança alimentar no país e os seus nexos com o atual perfil da situação nutricional da população;

Contou com a participação de palestrantes e convidados nacionais e internacionais, tendo a participação de aproximadamente 100 participantes.

12.2 II Mostra da Saúde da Família

Foi realizada uma oficina de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na II Mostra da Saúde da Família, do Ministério da Saúde, que aconteceu no período de 01 a 03 de março de 2004, em Brasília – DF.

Na ocasião foram apresentados a proposta desencadeada pela CGPAN e os materiais elaborados para apoiar a ação do SISVAN.

A oficina ocorreu em 2 momentos e os participantes demonstraram satisfação com a apresentação dos materiais e com a iniciativa do Ministério da Saúde, além de alguns relatarem como realização a atitude de vigilância nos seus municípios.

12.3 CONBRAN

O Congresso Brasileiro de Nutrição de 2004 ocorreu em Campo Grande/MS com a participação de profissionais da saúde, principalmente nutricionistas, de várias localidades brasileiras. O Ministério da Saúde apresentou em stand vários materiais da área, e divulgou as linhas de trabalho baseadas na Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

12.4 V Congresso Internacional de Nutrição, Longevidade e Qualidade de Vida

Este evento ocorreu em novembro, na capital paulista e a Equipe de Monitoramento e Investigação apresentou 2 pôsteres sobre o processo de capacitação do SISVAN. O evento foi enriquecido com um stand da Coordenação Estadual de São Paulo onde foram expostas as publicações de apoio técnico para o SISVAN, as quais tiveram grande apreciação pelos congressistas.

13. PROJETOS FUTUROS

13.1 Boletim da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN

O Boletim do SISVAN é uma proposta para os meses maio e novembro de 2005. Objetiva divulgar dados nutricionais analisados com a nova proposta da CGPAN, apresentar uma revisão bibliográfica sobre o tema, apresentar experiências locais e internacionais.

13.2 Avaliação da Implantação do SISVAN

O processo de implantação do SISVAN foi iniciado em outubro de 2003 como demonstrado neste relatório.

Logo, é um importante processo que necessita ser avaliado devendo-se propor e discutir metodologias e estratégias para a realização de estudos de avaliação da implantação do SISVAN, coletar informações e elaborar relatórios a partir dos resultados.

13.3 Outras publicações

- Informe da Atenção Básica sobre Segurança Alimentar e Nutricional
- Avaliação do Programa Bolsa Alimentação
- POF 2002-2003: Antropometria e Consumo
- Pôsteres para Congressos Nacionais
- Artigos (SISVAN e SAN)
- Capítulo de livro NEPA (TACO)

COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS, AUDITORIAS E ORÇAMENTO

Equipe técnica

Ewerton Santana Santos
Fernando Fernandes Vieira
Marlene Ruas Sucupira e Silva
Raimundo Dias Quirino
Yedda Paschoal de Oliveira (coordenação)

APRESENTAÇÃO

As atividades desenvolvidas pela Coordenação de Convênios e Auditorias constituem ponto de apoio ao cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, uma vez que possibilitam a formalização de parcerias indispensáveis à execução de atividades no campo alimentar e nutricional, como também pela necessidade disponibilizar informações e análises permanentes sobre os convênios e auditorias.

O Ministério da Saúde disponibiliza, por meio dos convênios, recursos financeiros e assessoria técnica aos estados, municípios e a instituições parceiras para a concretização de ações previstas nas diretrizes da Política de Alimentação e Nutrição. E o processo de auditoria verifica e analisa esquemas formais de controle físico-financeiro para cobrança de prestação de contas.

A Equipe Técnica responsável pelo ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS, AUDITORIAS E ORÇAMENTO se constituiu a partir de uma reestruturação interna da CGPAN e tem várias atribuições que implicam numa série de atividades realizadas pela equipe e discriminadas a seguir:

14. CONVÊNIOS

- Assessoria técnica aos estados e/ou instituições solicitantes de convênios;
- Acompanhamento diário da entrada de novos processos e seu andamento;
- Estabelecimento de contatos, via ofícios, telefone, fax ou e-mail, com as Coordenações de Alimentação e Nutrição das Secretarias Estaduais de Saúde para fornecimento de orientações, preenchimento dos formulários anexos ao pedido, previsão de recursos disponíveis e todas as informações necessárias à abertura do processo;
- Checagem do preenchimento dos formulários e documentos constantes do processo e apreciação dos projetos apresentados para correções porventura necessárias;

- Contatos com as Instituições para solicitar documentos não constantes do processo e que estejam sendo solicitados pelo Fundo Nacional de Saúde;
- Elaboração de pareceres técnicos nos processos analisados e encaminhados pelo Fundo Nacional de Saúde;
- Contatos com as representações estaduais da Diretoria de Convênios do Ministério da Saúde para esclarecimento de situações específicas de Secretarias de Saúde Estaduais, Centros Colaboradores, Centros de Referência ou outras instituições proponentes de convênios;
- Contatos com a Coordenação Geral de Convênios e Contratos do Fundo Nacional de Saúde para verificação da fase de andamento dos processos, possíveis falhas identificadas e intermediação para regularizar a situação;
- Elaboração de planilhas para acompanhamento da situação e localização dos processos em andamento;
- Participação no grupo de trabalho para formulação e seleção de indicadores de avaliação e acompanhamento técnico das ações propostas para os convênios, junto com as equipes de Coordenação de Promoção da Alimentação Saudável e de Coordenação de Monitoramento e Investigação em Alimentação e Nutrição;
- Elaboração de pareceres técnicos relativos à prorrogação de prazo de vigência, bem como alterações de plano de trabalho (mudança de rubrica) de convênios vigentes;
- Acompanhamento dos convênios firmados com as Secretarias Estaduais de Saúde, Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição e outras Instituições (Universidades, Centros de Referência e organizações não governamentais) inclusive quanto à cobrança e análise de relatórios de desempenho.

Dados: situação dos processos em dezembro de 2004

Convênios / 2004	SES	Centros Colaboradores e Instituições	TOTAL
Convênios Acordados	27	21	48
Convênios Firmados/Empenhados	27	19	46

Convênios não empenhados (*)	0	2	2
Convênios Pagos	10	0	10

(*)Trata-se dos seguintes convênios:

1. NEPA/UNICAMP – continuidade da análise de alimentos Projeto TACO , no valor de R\$400.000,00. Ressalta-se que deste projeto participará também o MDS, tendo sido acordado entre as instituições os recursos financeiros necessários para a análise laboratorial de mais 500 alimentos.
2. ENSP/FIOCRUZ: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Região Sudeste, no valor de R\$ 150.000,00.

Por serem projetos importantes, que receberam parecer técnico favorável desta CGPAN, os mesmo terão prioridade de financiamento com recursos orçamentários de 2005. Vale ressaltar que o não empenho dos recursos ocorreu em função do FNS.

Ações Concluídas 2004	
Pré-Projetos Apresentados	94
Pareceres Técnicos favoráveis	48
Pareceres Técnicos Negativos	46

15. AUDITORIAS

- Acompanhamento e registro das ocorrências (denúncias, supervisões e auditorias) qualquer que seja sua procedência: SFC, TCU, DENASUS. Disk Saúde, gestores estaduais e cidadãos em geral
- Averiguação das denúncias recebidas por meio do Disque-Saúde ou indícios de irregularidades de qualquer outra procedência, mediante solicitação de supervisão do Gestor Estadual, auditoria ao DENASUS, e encaminhamentos necessários para sanar as irregularidades;
- Elaboração de documentos, pareceres e notas técnicas demandadas pelos diversos órgãos do Ministério da Saúde: SAS/ DAB, CGPC/DGFNAS, SPO/SE.

- Acompanhamento dos processos de auditoria, in loco, quer realizados pelo Departamento de Auditoria do Ministério da Saúde, pela Secretaria Federal de Controle ou pelo Tribunal de Contas da União.
- Supervisão a municípios, em estreita parceria com o Gestor Estadual, objetivando apurar possíveis irregularidades.
- Promoção dos encaminhamentos necessários para que as irregularidades sejam averiguadas, oferecendo resposta aos questionamentos do controle interno (SFC) e externo (TCU) do Governo Federal.
- Elaboração de respostas à questionamentos do Ministério Público (federal e estadual), principalmente os referentes à utilização dos recursos do ICCN, procurando apurar as irregularidades constatadas e/ou investigadas pelo Ministério Público.
- Realização de reuniões, supervisões, fiscalização e avaliação dos recursos e planos de ajustes do ICCN:
- Acompanhamento e fiscalização quanto às irregularidades identificadas em municípios atendidos pelo Programa Bolsa Alimentação.
- As atividades de supervisão, fiscalização e avaliação do ICCN obedeceram à seguinte estratégia:
 - Fase de fiscalização, iniciada na Secretaria Municipal de Saúde, mediante a solicitação de informações financeiras sobre o ICCN, tais como notas fiscais de compras dos produtos para verificação de preços e períodos de compra; extrato bancário para verificação de saldo de recursos; Plano Municipal de Combate às Carências Nutricionais para observar quantidade de beneficiários atendidos com recursos do Incentivo;
 - Fiscalização de Unidades e/ou Centros de Saúde e entrevistas com agentes comunitários de saúde, técnicos do PSF, ocasião em que são solicitados prontuários das crianças e gestantes para verificar o desenvolvimento das atividades do programa junto às mesmas e seu estado nutricional;
 - Visitas às residências dos beneficiários para checar as informações obtidas nas Unidades de Saúde, o cartão da criança e o recebimento dos produtos de acordo com a Portaria 709/99 que rege o programa;
 - Supervisão no almoxarifado para verificar o armazenamento, validade, estoque e o fluxo de entrada e saída dos produtos;

- Entrevista com o Conselho Municipal de Saúde para verificação do controle social das ações do programa junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Vale destacar que diversas providências foram tomadas pela CGPAN, no decorrer de 2003 e 2004, para finalizar, de fato e de direito o ICCN tais como reuniões com o DAB, Consultoria Jurídica da SAS, FNS e Denasus. Contudo, não houve avanços nessas decisões que extrapolam a governabilidade desta Coordenação, devendo ser esta estratégia retomada em 2005.

Municípios supervisionados e fiscalizados em 2004 (ICCN)

Março	Guarujá – Guarulhos - São Vicente	SP
Abril	São Bernardo – Osasco	SP
Abril	Belo Horizonte - Contagem	MG
Maio	Feira de Santana	BA
Maio	Teresina	PI
Junho	Maceió	AL
Agosto	São Bernardo	SP
Setembro	Santo André	SP
Outubro	Maceió	AL
Novembro	São Gonçalo – Duque de Caxias	RJ

UF	Município	Problema detectado	Procedimentos adotados	Data do envio da solicitação de verificação das constatações
SP	Guarulhos	Pagamento de despesas com passagem aérea, traslado, diárias e inscrições em Congressos	Notificação ao Gestor Municipal e ao Fundo Nacional de Saúde das irregularidades constatadas, sugerindo que se iniciasse o processo de ressarcimento dos recursos utilizados de forma indevida em ações que não estavam contidas nas normas do Programa.	Em andamento
SP	Mauá	A execução do ICCN teve início no ano de 2000, com o cadastramento dos beneficiários e implantação do SISVAN, mais a distribuição só ocorreu a partir do 1º semestre de 2002, encerrando no mês de novembro/2003, sendo também informado de um saldo de recursos no montante de R\$460.517.83.	Foi emitido e enviado um parecer técnico de nº 063, em julho de 2004, sugerindo a Diretoria do Departamento de Atenção Básica o envio do parecer para o Denasus , com a solicitação de imediata auditoria no município para a quantificação do dano e, se julgar cabível, iniciar os procedimentos para ressarcimento dos recursos pertinentes ao ICCN.	Enviado ao DAB, Parecer Técnico nº 063 em 16/07/2004.

SP	Guarujá e São Vicente	Constatados apenas problemas operacionais na distribuição do leite e óleo de soja	Realização de reuniões com as coordenações, informando as irregularidades constatadas ficando acordado a imediata correção das irregularidades.	
SP	São Bernardo do Campo	Nas supervisões realizadas no Plano de Ajuste dos Recursos do ICCN, foi constatado que o município está cumprindo as normas e diretrizes do Programa, e a existência de um saldo em recursos no montante de R\$754.065.00.		Plano de Ajuste em atividade, com previsão de encerramento em julho/2005.
MG	Belo Horizonte	Após os trabalho de supervisão foi constatado que o município cumpriu as diretrizes e metas do Programa.		Encerrado.
MG	Contagem	Após os trabalhos de supervisão do Plano de Ajuste dos Recursos do ICCN, foi constatado que o município estava cumprindo as diretrizes e normas do Programa.		

AL	Maceió	Constatou-se que o Plano de Ajuste no município encerrou sua execução no mês de Setembro /2004, existindo um saldo de recursos no montante de R\$108.849.20.	O saldo existente é justificado, pelo município, pela diferença entre o preço cotado na licitação inicial e o pago no momento da aquisição.	A CGPAN comunicará ao FNS a existência do saldo para que adote os procedimentos necessários, visando a devolução, pelo município, dos recursos que não foram utilizados.
SP	Santo André	Foi constatado após os trabalhos de supervisão que o Programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais, funcionou corretamente e atingiu qualitativamente seus objetos, não sendo detectada nenhuma impropriedade ou irregularidades na utilização dos recursos do ICCN.		

RJ	São Gonçalo	Após os trabalhos de supervisão foi constatado em algumas Unidades de Saúde que a distribuição dos produtos não estava ocorrendo de acordo com as normas e diretrizes do Programa. Foi informado um saldo de recursos no montante de R\$239.000.00, e um saldo de produtos de: leite nestogeno 1, 1.392 latas, leite integral 6.310 latas, leite integral Itambé 2.184 unidades, leite desnatado Itambé 1.298 unidades, leite desnatado Molico 600 unidades, óleo de soja 1.700 unidades.	Realização de reunião com a Sra Alessandra Mozart Coordenadora do Programa, informando das irregularidades constatadas, sendo solicitado providências para sanar a distribuição irregular dos produtos com os beneficiários.	Em reunião com a Coordenadora do Programa foram obtidas informações que a previsão de encerramento do Plano de Ajuste ocorrera em maio de 2005. Será solicitada ao DENASUS realização de auditoria, objetivando detalhar a situação do saldo de recursos do ICCN e a adequada execução do Plano de Ajuste
RJ	Duque de Caxias	No período da supervisão da atividades do Plano de Ajuste foi constatado que o município não estava distribuindo os produtos de acordo com as normas preconizadas no Programa e a existência de um saldo de recursos no montante de R\$7.000.00.	Fora realizada reunião com a Sra. Valéria Basílio Terra, Coordenadora do Programa, sendo informado das constatações e solicitado que fosse sanado as irregularidades apontadas para melhor desenvolvimento do Plano de Ajuste.	

BA	Feira de Santana	Constatado que o município encerrou suas atividades em fevereiro de 2003, atingindo 78% das metas previstas no Programa, recuperando 22% dos beneficiários atendidos.		Encerrado
PI	Teresina	Verificou-se que as normas e diretrizes elencadas na Portaria 709/99/MS, não foram cumpridas em sua totalidade.	Ficou evidenciado que não houve malversação ou desvio de finalidade nos recursos do ICCN, apenas problema formal e operacional.	Encerrado

16. Orçamento

- Elaboração e consolidação da proposta orçamentária do Programa Alimentação Saudável;
- Coordenação e gerenciamento juntamente com as áreas de ações o orçamento do Programa Alimentação Saudável;
- Desempenho das atividades relativas à articulação da CGPAN com o DAB/SAS, SPO/MS, SFC, DENASUS/MS, TCU, SPI/MP e outras áreas do MS e instituições do Governo Federal;
- Participação em reuniões do MS junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que envolvam principalmente questões orçamentárias e relativas a convênios;
- Consulta do saldo das ações referentes a Programa Alimentação Saudável;
- Acompanhamento diário da movimentação orçamentária no SIAFI.

O orçamento aprovado para o Programa Alimentação Saudável (**Ação 1215**) para o exercício de 2004 foi de R\$ 14.689.250,00. Excetuando-se os recursos orçados, em 2003, para o Programa de Transferência de Renda da Saúde, Programa Bolsa Família, que, em 2004, passaram para gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os recursos aprovados, comparativamente ao exercício de 2003, representaram um incremento de aproximadamente 300%. Abaixo, a distribuição desses recursos, por ações e atividades orçamentárias:

- **R\$4.800.000,00** - Apoio ao monitoramento da Situação Alimentar e Nutricional da população brasileira (**ação 003G**)
- **R\$ 2.000.000,00** - Prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes (**ação 4294**)
- **R\$ 1.200.000,00** - Promoção de hábitos de vida e de alimentação saudáveis para a prevenção da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis (**ação 6449**);
- **R\$ 3.889.850,00**- Apoio a estudos e pesquisas sobre alimentação e nutrição com enfoque na recuperação nutricional e alimentação saudável (**ação 0806**)

- **R\$ 1.800.000,00** - Gestão e Administração do Programa (**ação 2272**)
- **R\$ 1.000.000,00** - Publicidade de Utilidade Pública (**ação 4641**)
- **R\$ 14.689.850,00 – TOTAL**

Do total de recursos orçamentários, R\$ 8.081.843,00 (ações: 003G +4294 + 0806 (parcela de 2.282.300,00)) foram destinados aos convênios com a rede de alimentação e nutrição (Secretarias Estaduais de Saúde, Centros Colaboradores e Centros de Referência em Alimentação e Nutrição) e outras instituições de pesquisa, representando 55,06% dos recursos sob gestão da CGPAN).

Ainda da ação 0806, R\$ 1.607.550,00 foram destinados ao financiamento parcial da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) sob responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Agregou-se a estes recursos o valor de R\$ 642.450,00, oriundos da ação 2272 (GAP). Portanto, R\$ 2.250.100,00 (15% do total orçamentário) foi a contribuição da CGPAN para a realização da PNDS.

Os recursos referentes a publicidade de utilidade pública (ação 4641), embora constem do orçamento da CGPAN, são na verdade geridos pela Assessoria de Comunicação do Ministério, para eventuais produção de material, campanhas educativas e outras ações (6,8% do total orçamentário)

Finalmente, R\$ 2.000.000,00 foram destinados à Assistência Farmacêutica para comporem os recursos necessários para aquisição do xarope de sulfato ferroso a ser utilizado no Programa nacional de Suplementação de Ferro que será lançado em 2005 (13,6% do total orçamentário).

Das ações 2272, 0806 e 6449, foram empenhados 10.000,00, 152.981,57 e 147.835,10, respectivamente, pelo Ministério da Saúde para ações que não estão sob responsabilidade desta Coordenação, totalizando R\$ 3108166,70 (2% de nosso orçamento).

Essas informações resultam em 92,5% do orçamento do “Programa Alimentação Saudável” efetivamente executados em 2004, conforme quadro abaixo.

Balço Orçamentário do Programa Alimentação Saudável/2004		
Total de recurso disponível	14.689.850,00	100%
Executado	13.591.999,58	92,52%
Não empenhado	1.097.850,42	7,48

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS EMPENHADOS, SEGUNDO INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

	Coordenações Estaduais de Alimentação e Nutrição/SES	Centros Colaboradores e Centros de Referência em Alimentação e Nutrição	Outras instituições conveniadas	total
n.º de instituições	(n = 27)	(n=5)	(n=14)	n=(46)
Valor aprovado (em reais)	4.900.000,00	900.000,00	1.820.770,00	7.620.770,00
Valor empenhado	4900.000,00	750.000,00	1.420.770,00	7.070.627,00
% em relação ao total orçamentário	33,36%	5,10%	9,67%	48,13%

% dos recursos empenhados em relação ao total de recursos destinados aos convênios	64,30%	9,84%	18,64%	92,78% (**)
-------------------------------------------------------------------------------------------	---------------	--------------	---------------	--------------------

(**) comprometeu a meta de 100% o fato de 550.000,00 não terem sido empenhados em tempo hábil pelo FNS, mais um saldo de 188.856,00 não distribuídos entre os conveniados .

COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA

Equipe técnica:

Adryano Pinheiro
Amadeu Ramos Freire Júnior
Célio Luiz Cunha
Fábio Leite Teixeira
Frederico de Almeida Meirelles Palma
Jefferson Moura Paravidine
Janaína de Oliveira Pinheiro D'Azevedo
José Hélio Guilherme da Silva
Liana Brasil Bernardino
Sérgio Lettieri
Waldomero Aranda Filho

APRESENTAÇÃO

A Coordenação de informática da CGPAN desenvolve atividades de Análise, Desenvolvimento e Documentação de Sistemas, Elaboração de programas de computadores, Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, Manutenção e Assistência Técnica, Treinamento em informática,

Assessoria e Consultoria em informática, Recepção técnica e montagem de equipamentos adquiridos, Apoio na produção e confecção de gráficos, arquivos em meio magnético, figuras, fotografias, slides e materiais instrucionais, Suporte Técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, e Treinamento em Sistemas informatizados, suporte técnico a usuários internos, externos quanto à solução de problemas e dúvidas na utilização dos sistemas desenvolvidos, como Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Regionais de Saúde, e Regionais Datasus. Tais ações são orientadas pelas demandas das Coordenações Internas da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição - CGPAN/MS. O setor de informática também atende demandas de informações e pronunciamentos de outras instituições como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Caixa Econômica Federal.

17. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA ÁREA DE INFORMÁTICA DA CGPAN

Durante o ano de 2004 a área de informática cumpriu a sua missão de coordenar as atividades centrais da área de Tecnologia de Informação na CGPAN. Dentre as várias atividades executadas destacamos:

17.1 Suporte Técnico

- Atendimento as coordenações da CGPAN na resolução de problemas de hardware e software;
- Apoio técnico as coordenações da CGPAN na confecção de gráficos, arquivos em meio magnético, figuras, fotografias, slides e materiais instrucionais para impressão e divulgação;
- Atendimento técnico as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde na implantação e utilização do site da CGPAN e Sistemas informatizados;
- Testes dos aplicativos, sistemas e páginas na internet desenvolvidas pela CGPAN e Datasus;
- Solicitação de manutenções nos sistemas desenvolvidos pelo Datasus para correção dos problemas identificados;
- Controle da evolução das ocorrências de problemas em sistemas para informação aos usuários;
- Suporte a aplicativos e sistemas aos usuários internos;
- Suporte técnico às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Regionais de Saúde quanto aos programas Bolsa Alimentação, Bolsa Família, CadÚnico e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional;

- Análise e resposta a fax, e-mail, memorandos, cartas e ofícios de beneficiários do Programa Bolsa-Alimentação, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Prefeituras, Procuradorias Federais e Estaduais, Controladoria-Geral da União, etc., solicitando informações, pareceres técnicos, análises e pronunciamentos.
- Processamento dos ofícios dos Municípios solicitando informações sobre benefícios, cancelamentos e recuperação de beneficiários do Programa Bolsa-Alimentação;
- Análise e teste de sistemas em conjunto com a área de informática do Ministério da Saúde, regionais DATASUS e municípios;
- Respostas às solicitações de informações sobre os Programas Sociais Federais , o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, o Cadastramento Único e Conectividade Social recebidas através do e-mail sba@saude.gov.br .
- Manutenção na estrutura de rede computacional e telefonia;
- Resposta e impressão das reclamações e denúncias recebidas pela Ouvidoria Geral do SUS através dos serviços Disque-Saúde;
- Geração de planilhas e relatórios eletrônicos de pesquisas solicitadas à base de dados do Programa Bolsa-Alimentação através da ferramenta “SQL Navigator” em atendimento a demanda de informações das coordenações
- Atualização do GESCON (sistema utilizado pela área de Convênios);
- Desenvolvimento e manutenção de sistemas em Microsoft Access promovendo soluções rápidas as necessidades das coordenações;
- Testes de versões para homologação no módulo de Vigilância Alimentar e Nutricional, a saber:
 - Versão 3.0.10.0 -> disponibilizado no site
 - Versão 3.0.11.0 -> disponibilizado no site
 - Versão 3.0.11.3 -> testes internos
 - Versão 3.0.12.0 -> testes internos
 - Versão 3.0.12.3 -> disponibilizado no site
 - Versão 3.0.12.4 -> testes internos
 - Versão 3.0.12.6 -> testes internos
 - Versão 3.0.13.0 -> disponibilizado no site

Versão 3.0.13.4 -> testes internos
Versão 3.0.14.1 -> disponibilizado no site
Versão 3.0.14.4 -> testes internos
Versão 3.0.14.7 -> testes internos
Versão 3.0.14.10 -> testes internos

18. ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO

18.1 Portal CGPAN

Início do processo de modelagem e desenvolvimento do novo Portal da CGPAN na Internet .

18.2 Vigilância Alimentar e Nutricional

- Apoio na preparação e instalação do ambiente computacional para o Lançamento Nacional do Programa.
- Apoio na finalização da elaboração da Portaria da Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e das publicações de apoio técnico. Apoio na elaboração da tabelas, figuras, imagens e formatação final, manual técnico, Conjunto de cartazes, Álbuns seriados, e Manual Operacional do Sistema.
- Elaboração do Manual do Sistema em conjunto com o Datasus.
- Capacitações municipais: utilização do aplicativo através de apresentação e treinamento prático sobre o sistema, abordando a instalação, utilização do aplicativo e emissão de relatórios.

18.3 Programa Nacional de Suplementação de Ferro

- Apoio no delineamento do Programa.
- Apoio na elaboração dos materiais educativos e de divulgação do Programa.
- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do módulo de gerenciamento do Programa (“Home page”).
- Apoio na definição da estratégia de implantação do Programa nos municípios.

18.4 Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A

- Apoio no delineamento do Programa.
- Apoio na confecção dos materiais de divulgação e orientação do programa.
- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do módulo de gerenciamento do programa (“Home page”).

18.5 Controle de Publicações

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Sistema informatizado de controle de distribuição e empréstimo de publicações editadas pelo MS sob responsabilidade da CGPAN.

18.6 Controle de Documentação

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Sistema de controle de fluxo de documentos dentro da CGPAN.

18.7 Controle de Notícias

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Sistema de cadastro de informações e mensagens da CGPAN para disponibilização interna, externa e envio via e-mail.

18.8 Controle de Capacitação

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Sistema de Controle de Capacitação.

18.9 Atendimento on-line via Web

- Início do processo de discussão e pesquisa para construção de um modelo para desenvolvimento do atendimento “on-line via Web”.

18.10 Controle de Eventos

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Sistema de Controle de Eventos.

18.11 Padronização de “Anti-vírus”

- Início do processo de estudo e análise do ambiente operacional e opções de “software de anti-vírus” para definição de projeto de padronização de um ambiente para controle e contenção da invasão de vírus nos computadores da CGPAN.

18.12 Padronização de rotina de “Backup”

- Início do processo de estudo e análise para a definição de uma rotina padronizada de “backup” para os computadores da CGPAN.

18.13 Módulo do portal CGPAN do evento SCN

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Módulo do portal CGPAN para o acompanhamento da 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU (SCN).

18.14 Módulo do portal CGPAN da rotina interna do Informativo CGPAN

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Módulo do portal CGPAN -Rotina interna do Informativo CGPAN.

18.15 Módulo do portal CGPAN da rotina interna - REDENUTRI

- Início do processo de modelagem e desenvolvimento do Módulo do portal CGPAN -Rotina interna REDENUTRI.

18.16 Reuniões Técnicas

- Realização de reuniões semanais equipes internas (Suporte Técnico e Desenvolvimento) para discussões técnicas, integração das atividades de análise, desenvolvimento, programação e documentação, divulgação de matérias técnicas, articulações de ações integradas, e atualização da equipe nas ações em andamento.

18.17 Disque Saúde

- Parceria com o Disque Saúde para atualização interna do banco de dados da Vigilância Alimentar e Nutricional;

18.18 MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

- Parceria com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Ministério da Educação e Cultura na definição, concretização e publicação da legislação que regulamenta as condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: Decreto 5.209 de 17/09/04 e a Portaria Interministerial MDS e MS n° 2.509 de 18/11/04; desenvolvimento de materiais, definição da logística para futuras capacitações e planejamento dos trabalhos para o projeto de acompanhamento aos municípios piloto.

18.19 Capacitação Técnica

- Capacitações Técnicas: Novamente esse foi um ano de intensa atividade na área de capacitação técnica onde atendemos as demandas geradas pelas coordenações estaduais de saúde disseminando informações da unificação dos programas sociais no Programa Bolsa Família, do site da CGPAN e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, sensibilizando, ampliando e fortalecendo as atividades de Vigilância Alimentar e Nutricional no país. Ao longo deste processo contabilizamos a participação de 928 profissionais da saúde e 1.088 técnicos de informática.
- Projeto de Macro capacitações: Após a realização das capacitações estaduais e municipais, foi iniciado um trabalho de planejamento de Macro-Capacitações em Vigilância Alimentar e Nutricional como forma de criar um processo mais abrangente para o alcance de uma efetiva cobertura em todo o país.

APOIO ADMINISTRATIVO E DOCUMENTAÇÃO

Equipe do Apoio Administrativo
Marco Mendonça Becker
Márcia Gomes Moreira
Sheila Castro Silva
Sondoval Carneiro Oliveira
Suely Pereira Lima
Rita de Cássia Rezende Calmon
Rosangela Maciel

APRESENTAÇÃO

O Setor de Apoio Administrativo e Documentação, desde a implantação da CGPAN, se constitui em um suporte à realização de todas as atividades da mesma, visto que interage de forma sincronizada com as inúmeras ações que necessitam materializar-se para a perfeita consecução dos objetivos da Coordenação.

Destacam-se algumas atividades rotineiras, tais como: recepção, distribuição, expedição e controle de documentos recebidos e/ou expedidos, passando pelas publicações pertinentes à área técnica, administração de recursos humanos (RH), manutenção de arquivos e documentos, contatos com instituições externas, SES, CECAN's. Este Setor administra, entre outras, as ações listadas no documento, algumas estão em andamento, outras ainda não foram concluídas. Também foram citados as dificuldades e pontos críticos, pontos positivos e sugestões de melhoria;

19. AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Recebimento e entrega de documentos via fax e correspondências via ECT);
- Transporte de material técnico e de expediente;
- Controle da numeração de documentos oficiais da CGPAN;
- Apoio logístico para a garantia da infra-estrutura necessária para a realização de reuniões da CGPAN;
- Administração de reservas e de passagens aéreas;
- Arquivamento de documentos;

- Solicitação e controle de material incluindo cópias (Xerox e/ou fotocópias de documentos);
- Serviço de secretariado executivo do Gabinete da Coordenação;
- Preparação e envio de correspondências;
- Controle de expedição de publicações;
- Protocolo, cadastro e tramitação de documentos via SIPAR;
- Filtragem das ligações telefônicas e recepcionar autoridades;
- Triagem de documentos com encaminhamento à área responsável;
- Gestão das ações de apoio administrativo, (controle de férias, folha de ponto, fluxo de entrada e saída de documentos bem como a tramitação dos mesmos);
- Formatação de documentos e elaboração de memorandos, ofícios, etc...
- Distribuição de materiais para o Programa de Controle da Deficiência de Vitamina A (Cartazes – 12.000; Folders – 62.000; Cartazes – 17.000; Manuais – 1.500)

20. AÇÕES EM ANDAMENTO

- Arquivo;
- SIPAR;
- Distribuição de 920.400 exemplares da publicação do folder: “Como está sua alimentação?”
- Distribuição das publicações do SISVAN;
- Expedição e tramitação de documentos (memorandos, ofícios, pareceres técnicos, notas técnicas, etc...);
- Distribuição do material do SISVAN;
- Distribuição do folder: Como está sua alimentação?;
- Conclusão do Arquivo;
- Documentação do ICCN;
- Documentação do Programa Bolsa Alimentação.

21. COMPARATIVO DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS EM 2003 E 2004

Documento	2004	2003
Ofício	2.054	4.100
Memorando	646	560
Parecer Técnico	149	190
Nota Técnica	25	43
Ofício Circular	31	51